

**Debate do Projecto de Resolução  
Reforço de Meios de Segurança  
Pública  
Deputado José Manuel Bolieiro  
13 de Fevereiro de 2007**

**Senhor Presidente da Assembleia Legislativa  
Senhoras e senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhora e Senhores membros do Governo**

Hoje, mais do que ontem, a Segurança Pública é uma prioridade para os Açores e para os açorianos.

Hoje, mais do que ontem, a insegurança das populações é uma preocupação de muitos açorianos.

Hoje, mais do que ontem, impõe-se uma posição pública e política sobre a insuficiência dos meios de segurança pública nos Açores.

Hoje, mais do que ontem, importa reclamar pelo reforço de meios de prevenção e de combate à criminalidade nalgumas das nossas ilhas, comprovadamente mais afectadas pelo aumento da criminalidade.

Hoje, mais do que ontem, importa conjugar, com inteligência e sentido estratégico, as políticas regionais de inclusão, quer no plano social, económico e de incentivo às alternativas de vida saudável, com o dever do Estado nas políticas de Segurança Pública.

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou, já no passado mês de Outubro de 2006, o presente projecto de Resolução, que corresponde a um sentimento generalizado das populações.

Não é contra ninguém.

Não é para promover nenhuma estéril disputa política entre a Região e a República.

É, antes, a afirmação da Autonomia e da sua co-responsabilização, lado a lado com o Estado, na defesa da Ordem Pública e da Segurança Pública nos Açores.

É mesmo recomendável uma posição firme e consensual dos Açores.

A questão é actual e institucional.

Hoje mesmo tomou posse o novo Comandante Regional dos Açores da PSP. No acto esteve presente o Ministro da Administração Interna.

A reflexão, a posição e a comunicação do Parlamento sobre estas questões é por isso da maior oportunidade.

Na verdade, o acréscimo do sentimento de insegurança dos açorianos não é apenas, como se chegou a dizer, de ordem estatística, por via do aumento das denúncias dos crimes, nem é apenas uma questão psicológica.

O aumento da criminalidade é real e é sentido pelas pessoas.

Nas nossas ilhas precisamos de mais meios e de mais recursos para as forças de Segurança Pública.

Não estamos conformados com os actuais níveis de prevenção e de segurança pública nos Açores.

Voltamos a lembrar que o Relatório Anual de Segurança Interna, relativo ao ano de 2005, identificou a Região Autónoma dos Açores como uma das regiões do país em que se verificou um aumento da criminalidade participada às autoridades competentes.

Os Açores com um aumento de 3,8% em relação ao ano anterior, passou a ser a região do país em que se registou o 4º maior crescimento da taxa de criminalidade.

88% das ocorrências tiveram lugar nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial.

Por outro lado, sabemos já que os meios humanos colocados à disposição das forças de segurança pública nos Açores – cerca de 900 efectivos no caso da PSP - são insuficientes.

São insuficientes para dar resposta cabal a todas as solicitações dos cidadãos e para o integral cumprimento das funções que lhes estão cometidas quanto à garantia da preservação da ordem e segurança pública.

É facto que o anterior Comandante Regional da PSP admitiu que, mesmo nos termos da actual Lei Orgânica de 1982, temos nos Açores a falta de pelo menos mais 100 efectivos.

Somos, e temos de o assumir entre nós e no País, diferentes nas fragilidades e nas exigências de especiais meios de Segurança Pública geral.

Os 8 aeroportos dos Açores, facto sem paralelo no resto do País, exigem meios e agentes não comparáveis com o resto da realidade nacional.

A entrada marítima nos Açores é bem mais complexa de controlar do que qualquer outra no País.

O crescente e relevante desempenho que a Polícia Judiciária nos Açores tem alcançado no combate à criminalidade mais sofisticada recomenda igualmente, numa região arquipelágica, fronteira ultraperiférica da União Europeia, o reforço racional e moderno de meios operacionais para a Polícia Judiciária.

O aumento da população flutuante recomenda a reavaliação das necessidades, quer de meios técnicos, quer de recursos humanos.

São estes os pressupostos do projecto de Resolução que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O que se pretende é que o Parlamento dos Açores, assumindo a sua competência política, tome posição sobre o estado da Segurança Pública nos Açores e reclame o reforço de meios para as polícias, com prioridade para a Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores.

Propomos que, nos termos previstos no Estatuto Político-Administrativo, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende aos Órgãos de Soberania, para agirem em conformidade com o dever do Estado em matéria de reforço dos meios de Segurança Pública nos Açores.

13 de Fevereiro de 2007.

José Manuel Bolieiro